

## PUBLICIDADE LEGAL

# Aluguel chega a 23,8% dos lares no Brasil

Com o resultado, a proporção renovou o recorde da série histórica iniciada em 2016, quando o aluguel respondia por 18,4% do total

O aluguel alcança uma parcela cada vez maior dos lares no Brasil, enquanto os imóveis próprios já quitados perdem participação.

É o que indicam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2025, o número de domicílios alugados chegou a 18,9 milhões no país, o equivalente a 23,8% do total de moradias (79,3 milhões).

Com o resultado, a proporção renovou o recorde da série histórica iniciada em 2016, quando o aluguel respondia por 18,4% do total. A máxima anterior era de 23%, verificada em 2024.

Já os domicílios próprios já pagos somaram 47,8 milhões de unidades no ano passado, o equivalente a 60,2% do total. É a menor participação já registrada.

Em números absolutos, as duas categorias cresceram ao longo da série, acompanhando o aumento da população, mas a alta dos lares alugados foi mais intensa. Isso explica por que esses imóveis ganharam participação enquanto os próprios já pagos perderam.

De 2016 para 2025, o número

de endereços alugados aumentou 54,1% (de 12,3 milhões para 18,9 milhões). Os domicílios próprios já quitados subiram 7,3% (de 44,5 milhões para 47,8 milhões).

A Pnad não detalha o que leva uma pessoa a migrar para o aluguel ou para a casa própria, mas é possível que o aumento “consistente” da renda nos últimos anos não tenha sido suficiente para permitir a compra de imóveis por uma parcela maior da população, segundo William Kratochwill, analista do IBGE.

“As pessoas crescem, casam e formam família ou vão trabalhar e morar sozinhas, mas não estão conseguindo comprar [a casa]. Isso parece ser um fato. Estão optando mais pelo aluguel”, disse.

O instituto pesquisa os imóveis próprios ainda em pagamento em uma categoria separada. Em 2025, essa condição alcançou 5,4 milhões de lares, o equivalente a 6,8% do total, a maior participação da série. O recorde anterior havia sido registrado em 2019 (6,4%).

O número de domicílios próprios ainda em pagamento subiu 31,2% se comparado a 2016 (4,1 milhões). Também é um avanço inferior ao dos imóveis alugados (+54,1%).

Somados, os lares próprios já



MARCO QUINTANA/JC

De 2016 para 2025, o número de endereços alugados aumentou 54,1% (de 12,3 milhões para 18,9 milhões)

pagos e os ainda em pagamento contabilizaram 53,1 milhões de unidades em 2025, respondendo por 67% do total de moradias. É a menor proporção da série.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na quarta-feira (15) um aporte de R\$ 20 bilhões para programas de habitação como o Minha Casa, Minha Vida. A origem dos recursos é o

Fundo Social.

Também foi anunciada uma expansão no Reforma Casa Brasil, programa que subsidia reformas. Os anúncios vêm no momento em que Lula procura aumentar sua popularidade visando à reeleição em outubro deste ano.

Conforme o IBGE, o Distrito Federal é a unidade da Federação com o maior percentual de do-

mícilios alugados: 34,5%. Goiás (28,8%) e Mato Grosso (28,7%) vêm na sequência do ranking de 2025.

Esses dois estados são conhecidos pela vocação no agronegócio, setor que movimenta a economia do Centro-Oeste, levando mão de obra para a região. São Paulo tem o quarto maior percentual de lares alugados (28,5%).

## 48,7 milhões vivem em lares alugados

Ainda segundo o IBGE, a população vivendo em domicílios alugados no país foi estimada em 48,7 milhões em 2025, o equivalente a 22,9% do total de moradores (212,7 milhões). É a maior proporção da série. Já o número de habitantes em lares próprios já pagos foi calculado em 129,8 milhões, ou 61% do total. É o menor percentual da série. A população em domicílios próprios ainda em pagamento, por sua vez, alcançou 15,2 milhões de pessoas em 2025, correspondendo a 7,2% do total de habitantes. Trata-se da proporção mais elevada na pesquisa.

## Fiergs pede ao governo federal a prorrogação do prazo da NR-1

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) encaminhou ao Minis-

tério do Trabalho e Emprego (MTE) pedido de prorrogação, por 12 meses, do prazo de en-

trada em vigor das alterações da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).

Segundo a assessoria de imprensa da entidade, a iniciativa considera os impactos relevantes das mudanças na gestão de segurança e saúde no trabalho, que demandam reestruturação de processos, adequação de sistemas e capacitação técnica por parte das empresas.

Para a Federação, a prorrogação é necessária para assegurar a adequada assimilação das novas exigências, conferindo maior previsibilidade e condições para que o setor industrial realize as adaptações de forma responsável, alinhada

aos objetivos da política pública de prevenção de riscos ocupacionais.

A NR 1 serve como base para todas as Normas Regulamentadoras, que estabelecem diretrizes gerais para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Em agosto de 2024, a NR-1 foi atualizada, destacando a identificação e controle dos fatores psicossociais relacionados ao trabalho, fatores organizacionais que podem impactar na saúde mental dos trabalhadores, no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

A portaria do MTE determina que as novas mudanças devem ser implementadas a partir de 26 de maio.



ANA STOBBE/ESPECIAL/JC

Portaria do MTE fixa início das mudanças em 26 de maio